

# Sobre educação e política: diálogos com Saviani

Jéssica Natana Agostinho\*

## Resumo

A relação entre educação e política, assunto notadamente debatido pelas teorias educacionais, tem sido permeada por considerável demérito. Refletir sobre essa relação na contemporaneidade não prescinde da contribuição de textos clássicos. O livro *Escola e Democracia*, publicado em 1983, reúne textos nos quais Dermeval Saviani discorre sobre as teorias pedagógicas, sobre as funções políticas que o ensino desempenha na escola e sobre os princípios da pedagogia histórico-crítica. O autor escolhe uma abordagem discursiva polêmica para enfatizar posicionamentos políticos e dedica especial atenção à relação entre a prática educativa e a prática política. Seu texto fornece subsídios para a compreensão da dimensão política da prática educativa, que só pode ocorrer na medida em que sua especificidade pedagógica é mantida. Assim, no contexto das políticas educacionais mais recentes, no qual o papel da escola vem sendo flexibilizado, é possível perceber um esforço para ocultar a dimensão política da prática educativa.

Palavras-chave: Educação. Política. Saviani. Escola e democracia.

## Introdução

O livro *Escola e Democracia* foi publicado pela primeira vez em 1983, reunindo diferentes textos do professor Dermeval Saviani. Esses textos, escritos entre 1981 e 1982 e publicados em diferentes periódicos, guardam estreita relação entre as ideias enunciadas. Eles formam, assim, os três primeiros capítulos: *As Teorias da Educação e o Problema da Marginalidade na América Latina*; *Escola e democracia 1, a teoria da Curvatura da Vara*; e *Escola e Democracia 2: para além da teoria da Curvatura da Vara*. Possui, ainda, um quarto capítulo: *Onze Teses sobre Educação e Política*, escrito especialmente para a compilação e que tem como objetivo “encaminhar, de modo explícito, a discussão das relações entre educação e política já que aí reside a questão central que atravessa de ponta a ponta o conteúdo deste livro” (SAVIANI, 2008, p. 1).

Atualmente em sua 43<sup>a</sup> edição, o livro pode ser considerado um clássico do pensamento educacional brasileiro. As razões para sua ampla disseminação podem residir em aspectos diversos: seu caráter didático ao propor uma classificação das

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED – UDESC, na linha de pesquisa Políticas Educacionais, Ensino e Formação. Licenciada em Artes Visuais pelo CEART – UDESC.  
E-mail: jessica.agostinhoo@gmail.com

teorias pedagógicas com base no problema da marginalidade, seu caráter profundamente crítico ao confrontar com ousadia as considerações da Pedagogia Nova e, ainda, seu caráter manifestamente político ao estabelecer as bases para a criação de uma pedagogia que fosse além dos métodos tradicionais e dos novos. Ensejou-se, assim, a criação da pedagogia histórico-crítica, nomeada nesse momento como pedagogia revolucionária.

Sua criticidade pulsante nos fornece subsídios para pensar a educação contemporânea, especialmente em um cenário de negação da política, de perseguição aos professores e de descaracterização, tanto do papel da escola quanto da natureza do ato educativo.

### Educação e política em *Escola e Democracia*

A rejeição à política, embora não seja um fenômeno recente, passou nos últimos anos por um contexto de aprofundamento. Duarte e César (2020) abordam como o sentimento de repulsa à política se intensificou no Brasil a partir das manifestações de junho de 2013. O clima crescente de negação da política contribuiu para estabelecer as circunstâncias que, em 2018, culminaram na eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república. Ainda que esse não tenha sido o único motivo para seu sucesso eleitoral, o então candidato capitalizou a seu favor a atmosfera de negação do sistema político.

No campo da educação o cenário pessimista em relação à política institucional foi usado como “[...] artifício de sedução e adesão dos cidadãos” às ideias do Programa Escola sem Partido (RAMOS, 2017, p. 85). Além de criar um clima de denunciamento em relação à prática pedagógica supostamente doutrinadora de muitos professores, o Escola sem Partido buscou ocultar a dimensão política de sua própria proposta, tratando como neutra sua posição e como inexistentes seus laços com a ideologia da classe dominante. De modo cínico proclamou o discurso da urgência em expurgar as influências político-ideológicas das escolas.

Esse exemplo indica como a relação entre educação e política é vista, atualmente, com desconfiança e descrédito. Falar simultaneamente em educação e em política pode ser encarado como desvio moral e partidarismo. Em entrevista concedida ao Professor Newton Duarte, Saviani comenta a acusação de doutrinação na educação:

Vê-se, pois, que embora os atuais governantes nos acusam de fazer proselitismo e doutrinação nas escolas e universidades, o contrário é o que ocorre. Ou seja: nós, da esquerda, não precisamos doutrinar, pois temos a verdade do nosso lado,

consoante o lema ‘a verdade é sempre revolucionária’. Cabe-nos simplesmente mostrar a realidade, pois, com isso, se evidencia o grau de exploração que os setores dominantes exercem sobre a classe trabalhadora. Já a direita, não tendo argumentos objetivos para sustentar a dominação, necessita lançar mão da doutrinação para manter o povo subordinado aos seus interesses (SAVIANI e DUARTE, 2019, p. 4).

O trecho exemplifica a atualidade do pensamento de Saviani, que retoma um dos lemas enunciados em *Escola e Democracia*. “A verdade é sempre revolucionária” porque é histórica. O interesse da classe consolidada no poder é perpetuar a sociedade tal como está e manter as relações de produção a seu favor. A classe dominante atua, desse modo, “[...] contra o movimento da história” (SAVIANI, 2008, p. 33). Essa concepção de movimento vai ao encontro do postulado de que “[...] a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2008, p. 8). Dessa forma, a partir de uma compreensão marxista da história, seu movimento – ou seja, as transformações pelas quais os seres humanos passaram – ocorre a partir da contradição entre as classes. É nesse sentido que a verdade, ao evidenciar as diversas faces da exploração perpetrada pela classe dominante, contribui para revelar e agudizar a contradição que movimenta a história. Já que continuamos a viver na sociedade do capital a validade desse pensamento permanece.

Esse é um exemplo de posição, em certa medida polêmica, que Saviani adota, tanto em *Escola e Democracia* quanto em sua carreira como professor e pesquisador. Levando em consideração que a atividade política vai além daquela que ocorre na esfera institucional, transcorrendo também no plano da luta de classes (MAAR, 1994), podemos considerar, então, que Saviani se coloca de forma declaradamente política em sua produção acadêmica e em sua trajetória. Sendo um pensador do campo educacional, seus argumentos podem contribuir significativamente para analisar a relação, certamente desgastada e por vezes temida, entre política e educação. Ele enuncia logo no início do segundo capítulo: “[...] estou me colocando diretamente no coração do político. Estou enunciando teses; isso significa posições, e posições polêmicas” (SAVIANI, 2008, p. 30).

A polêmica, no caso de *Escola e Democracia*, é uma escolha de abordagem discursiva. O autor afirma, em alguns de seus prefácios às diversas edições do livro, que esse não se trata de um escrito contrário ao movimento da Escola Nova. Com o objetivo de contribuir para a crítica do ideário que se tornou senso comum entre os educadores, Saviani utiliza a metáfora da “teoria da curvatura da vara” para instaurar a polêmica. A expressão é atribuída a Lênin e pressupõe que quando uma vara está torta para um lado é preciso forçá-la para o lado oposto para que, depois, encontre a posição correta. A

curvatura da vara pode ser lida, também, como uma metáfora para a dialética, de modo que nem a tese e nem a antítese são os pontos almejados, mas, sim, a síntese que supera ambas por incorporação. Esse tipo de argumentação por oposição é utilizado por diversos autores em outras ocasiões, inclusive pelos próprios teóricos da Escola Nova quando intentavam contrapor à Escola Tradicional. Saviani coloca, no prefácio à 20ª edição, suas intenções:

Este não é um livro contra a Escola Nova como tal. É, antes, um livro contra a pedagogia liberal burguesa. Por isso, enganam-se aqueles que imaginam que, por efetuar a crítica à Escola Nova, o autor desta obra estaria de algum modo reabilitando a pedagogia burguesa. Ora, não se nega à Escola Nova o seu caráter progressista em relação à Escola Tradicional. Aliás, isso está formalmente explícito no terceiro texto. Entretanto, como proposta burguesa, a Escola Nova articula em torno dos interesses da burguesia os elementos progressistas que, obviamente, não são intrinsecamente burgueses. É dessa forma que a burguesia trava a luta pela hegemonia procurando subordinar aos seus interesses os interesses das demais classes (SAVIANI, 2008, p. 38).

O enunciado é evidentemente declarado em sua posição política. É no segundo capítulo, no qual ele formula três teses em relação à Pedagogia Nova, que a polêmica se instaura mais nitidamente. As teses funcionam justamente no sentido de desestabilizar as ideias relativas aos métodos novos e, assim, abrir espaço para a elaboração de uma pedagogia socialista de inspiração marxista que, nesse momento, ele denomina como pedagogia revolucionária.

É no capítulo quatro que Saviani se dedica, especificamente, a elucidar as características da relação entre a prática educativa e a prática política. Ele utiliza novamente o método de enunciação de teses. Nesse caso, as denomina como “onze teses sobre educação e política”.

Saviani (2008) argumenta que a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É assim que o trabalho docente pode ser profundamente político sem falar diretamente ou literalmente de política. Através do acesso aos conteúdos vivos, reais, dinâmicos e concretos, os alunos terão as condições de fazer valer seus interesses. Esse processo educativo deve estar articulado com a prática social global e com a democratização da sociedade, configurando-se como um processo que vai da desigualdade real no “ponto de partida” à igualdade possível no “ponto de chegada”. Fazendo um breve comparativo com outras propostas pedagógicas, como as pedagogias do aprender a aprender, muito difundidas a partir dos anos 1990, ao invés da adaptação passiva em maior ou menor grau à sociedade capitalista, o objetivo é que os professores e alunos, tomados como agentes sociais,

tenham possibilidades de atuar na instauração de uma sociedade igualitária e no rompimento da sociedade de classes.

Ainda em relação à importância política da educação, é significativo ressaltar que os conteúdos escolares não devem valer por si mesmos e tampouco devem ter sua relevância ignorada. Eles precisam estar relacionados à prática social, de modo que não sejam considerados isoladamente, como se bastassem por si só. Ao mesmo tempo, não devem ser subestimados. Colocar todas as expectativas de transformação da sociedade exclusivamente na luta política mais ampla acaba por desvalorizar a prática educativa. Ambas as situações demandam atenção para que a especificidade da contribuição pedagógica não seja dissolvida e sua importância política não seja anulada.

Com o intento de evitar que sejam indiferenciadas, Saviani se empenha, então, em desenvolver mais detalhadamente sua exposição acerca das diferenças entre a educação e a política. Apesar de inseparáveis, educação e política não são idênticas. A prática educativa, que ocorre entre não-antagônicos, tem como objetivo o consenso. Já o propósito da prática política, que fundamentalmente se dá entre contrários antagônicos, é vencer.

Elas possuem entre si o que Saviani chamou de *dependência recíproca* e *autonomia relativa*. Enquanto práticas distintas e modalidades específicas da mesma totalidade possuem certa autonomia. Já a relação de dependência ocorre na medida em que tanto a educação tem uma dimensão política quanto a política tem uma dimensão educativa. No caso da educação, sua dimensão política se manifesta no fortalecimento ou enfraquecimento dos não-antagônicos, potencializando ou não sua prática política. A disseminação de conteúdos historicamente acumulados, por exemplo, fortaleceria os estudantes da classe trabalhadora (grupo formado por não antagônicos) de modo a potencializar sua prática política contra a classe dominante (seus antagônicos). A política, por sua vez, possui uma dimensão educativa no que diz respeito ao convencimento dos não antagônicos para que se engajem na mesma luta contra os antagônicos. Um exemplo possível seria um grupo de professores dialogando com seus pares para explicar as motivações de uma greve contra a retirada de direitos trabalhistas.

É preciso considerar, ainda, a existência histórica e determinada dessas relações. Assim, na sociedade dividida entre classes antagônicas, há o primado da política, uma vez que as condições de exercício dessa prática (que ocorre justamente entre antagônicos) estão inscritas na essência da sociedade de classes. As condições de exercício da prática educativa estão inscritas na essência da realidade humana, mas são negadas pela sociedade capitalista. Desse modo, há uma subordinação relativa, mas

real, da educação em relação à política. Ainda que essa subordinação seja histórica e superável, essa dependência pode ser percebida em relação às condições objetivas da educação; por exemplo, no que tange às questões orçamentárias. Em referência ao contexto da prática educativa na sociedade capitalista, Saviani explicita o que considera como “idealismo” na educação:

Falei antes em exercício pleno da prática educativa como algo só possível num tipo de sociedade que se delineia no horizonte de possibilidades das condições atuais, mas que não chegou ainda a se concretizar. Isto porque a plenitude da educação como, no limite, a plenitude humana, está condicionada à superação dos antagonismos sociais [...]. Ser idealista em educação significa justamente agir como se esse tipo de sociedade já fosse realidade. Ser realista, inversamente, significa reconhecê-la como um ideal que buscamos atingir (SAVIANI, 2008, p. 69-70).

Considerar a sociedade atual compatível com a plenitude educativa e humana consiste, de acordo com Saviani, em adotar uma postura idealista em relação à educação. Esse posicionamento se manifesta com nitidez quando as contradições fulcrais inerentes a essa mesma sociedade são negligenciadas pelos educadores. Na esteira do legado liberal de conceber a sociedade como essencialmente harmônica, as problemáticas intrínsecas ao sistema econômico são simplesmente ignoradas ou tratadas como notas de rodapé, tanto pelas políticas educacionais quanto por pesquisadores da área. Há a tendência, ainda, de transferir para a educação alguns dos problemas sociais do capitalismo. É o que vemos, por exemplo, com as expectativas de que a educação solucione a pobreza e o desemprego, desconsiderando que esses são problemas exteriores à dimensão educativa. Essa omissão frente às raízes dos problemas resultantes da sociedade de classes tem relação com um processo mais amplo de empobrecimento dos conteúdos escolares. Desse modo, ao se diluir a especificidade da educação, também se esvai sua dimensão política e qualquer resquício da relação entre esses dois âmbitos é sumariamente ocultado.

## **Educação enfraquecida, política dissimulada**

Normativas curriculares como a Base Nacional Comum Curricular e seus derivados contribuem para perpetuar uma visão despolitizada da educação. Assim como Saviani argumenta em relação à Escola Nova, a preocupação política com a educação é secundária e são priorizadas as inovações dos métodos. Estariam, assim, agindo para ocultar a dimensão política da educação.



Os discursos sobre *inovação* não são de fato novidade. Desde a década de 1990 os organismos multilaterais demonstram preocupação com o vocabulário que utilizam, assumindo que *as palavras importam* (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005). Os reformadores internacionais, bem como os agentes do Estado brasileiro e os documentos oficiais, continuam selecionando cuidadosamente os termos utilizados “[...] com a finalidade de mobilizar pessoas em direção ao consenso social, em especial quando esse consenso se acha ameaçado por uma crise econômica e política emergente” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 437).

Já há 30 anos a lógica e o léxico empresarial penetram o campo da educação e apregoam a necessidade de inovar as práticas escolares supostamente decadentes, com o objetivo de preparar os cidadãos para os desafios do século XXI. As terminologias são atualizadas e novas tecnologias adentram o contexto, contudo, permanece a premissa de ocultar a crise do sistema econômico e de transferi-la para a educação. Assim, nos últimos anos, é notável uma reciclagem do eixo discursivo utilizado desde os anos 1990, que busca adaptar a educação às demandas do capital privado. Motta e Leher (2017) sintetizam o discurso que sustenta as políticas educacionais privatistas nas últimas décadas:

A educação fundamental foi universalizada, mas carece de qualidade; o Estado e os professores fracassaram na reversão do quadro de repetência, de evasão e de baixo desempenho escolar, então, é legítima a participação ativa da sociedade civil, leia-se, das organizações vinculadas ao capital, na condução dos assuntos educacionais, ainda que em confronto com professores avessos às tais reformas (MOTTA e LEHER, 2017, p. 245).

Esse discurso, que caracteriza a educação pública como fracassada e carente pela atuação da iniciativa privada, é utilizado tanto pelos aparelhos privados de hegemonia – como a revista *Nova Escola* e o movimento *Todos pela Educação* – quanto pelo Estado. Desse modo, está presente nas políticas educacionais. A retomada pela BNCC da associação entre educação e competências/habilidades é um exemplo desse contexto de busca por uma suposta melhoria da qualidade e eficiência da escola. Esse progresso seria possível apenas através de reformas educacionais e, no caso da BNCC, através da reestruturação dos currículos. Acrescenta-se, ainda, a ideia de que há uma demanda emergencial por inovação das práticas escolares. Nem sempre, contudo, o conceito de inovação é localizado teórica ou politicamente, o que possibilita uma apropriação generalista do termo e sua aplicação a medidas de precarização da educação pública.

Evangelista (2012) aponta para a necessidade de análise criteriosa dos documentos de política educacional, com vistas a evidenciar suas determinações históricas. Estas precisam ser investigadas, pois não estão postas na aparência. Assim, através do processo de pesquisa é preciso chegar à essência dos documentos e compreender as intencionalidades e valores que os sustentam. A autora defende que as fontes documentais precisam ser interrogadas de modo adequado: “A interrogação metódica desse tipo de evidência procura apreender suas incoerências, seus paradoxos, seus argumentos cínicos ou pouco razoáveis” (EVANGELISTA, 2012, p. 62).

## Considerações finais

Considerado pelo próprio autor como “[...] o manifesto de lançamento da pedagogia histórico-crítica” (SAVIANI, 2008, p. 27), a contribuição de *Escola e Democracia* é abrangente e oferece subsídios para compreender a relação entre escola, política e sociedade. Entende-se, por exemplo, que “[...] lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais” (SAVIANI, 2008, p. 26). Com vistas a comprometer-se com esse objetivo, a pedagogia histórico-crítica traz referências sobre os métodos pedagógicos que valorizam a posição dos conteúdos nos currículos escolares.

Serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (SAVIANI, 2008, p. 56).

A característica dialética do método e da pedagogia proposta por Saviani demonstra como os reducionismos não contribuem com o campo educacional. Não se trata, efetivamente, de desconsiderar a contribuição das pedagogias tradicionais e novas, mas da análise e da crítica que levam à superação por incorporação. Essa postura se mostra igualmente importante no âmbito das políticas educacionais e da análise de seus documentos. Perquiri-los com cuidado é fundamental para discernir sua política, por vezes camuflada em discursos de neutralidade. Os subsídios para identificar o enfraquecimento da dimensão política da prática educativa são essenciais para as investigações que pretendem contribuir para o desvelamento da verdade histórica.



## Referências

- DUARTE, A. de M.; CÉSAR, M. R. de A. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.
- EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012.
- MAAR, W. L. **O que é política**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- MOTTA, V. C.; LEHER, R. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 243-258, 2017.
- RAMOS, M. N. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Edição comemorativa (Coleção educação contemporânea). Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D.; DUARTE, N. Entrevista com o professor Dermeval Saviani. *Pedagogia Histórico-crítica na atualidade*. **Colloquium Humanarum**, v. 16, p. 4-12, 2019.
- SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, 2005.